

# O ESTUDO DAS CONJUNÇÕES POSIÇÃO ADOTADA POR GRAMÁTICOS DO SÉCULO XX

Charleston de Carvalho Chaves (UERJ)  
[charlestonchaves@ig.com.br](mailto:charlestonchaves@ig.com.br)

## 1. *Introdução*

Nem sempre o estudo das conjunções foi bem explorado nos compêndios gramaticais, seja pela perspectiva do estudo da classe de palavra ou pelas manifestações sintáticas. É bem verdade que as gramáticas normativas não possuem (justamente por serem normativas) a obrigação de uma descrição mais exaustiva dos empregos da língua, mas também não pode limitar-se a relatar conjunções que se enquadrariam na lista de valores semânticos promovida pela NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira). A ausência de análises mais contundentes, levando em consideração os aspectos pragmático-discursivos nos textos em que foram utilizadas as conjunções, inviabiliza muitas vezes uma análise mais precisa de seu conteúdo semântico e de sua funcionalidade discursiva.

Além disso, alguns gramáticos não exploram tanto os aspectos sintáticos, nem se propõem a distinguir coordenação e subordinação levando em conta também o uso ou não uso dos conectivos ou ainda nem se dispõe a aprofundar (ou mesmo mencionar) o mecanismo sintático *Correlação*.

Claro que isso não se refere a todos e, por esse motivo, este presente trabalho visa demonstrar as análises feitas por alguns gramáticos que se propuseram a avaliar as conjunções, seja de forma mais aprofundada, seja de maneira mais comedida. Uns, por exemplo, foram bem críticos à NGB ou se propuseram a reavaliar a classificação das conjunções, baseando-se mais modernamente nos estudos linguísticos acerca dos conectores. Para isso, os principais estudiosos avaliados são Eduardo Carlos Pereira, Sousa da Silveira, Gladstone Chaves de Melo, Evanildo Bechara, Celso Cunha e Adriano da Gama Kury.

## 2. *Conjunção: conceito gramatical*

O conceito de conjunção ao longo dos estudos gramaticais nunca foi algo tão claro, já que essa categoria gramatical funciona como conector, mas outras classes também podem desempenhar tal papel.

Para Eduardo Carlos Pereira (1940, p. 367-368), em uma edição, portanto, anterior à NGB, a conjunção é um *conectivo proposicional* ao passo que a preposição seria um *conectivo vocabular*. Ele evidencia, neste capítulo de que trata das conjunções, uma distinção em relação à preposição, pois, para ele, quando a conjunção relaciona termos, na verdade, ligaria orações e proposições elípticas:

A conjunção, como a preposição, é uma palavra conectiva; porém é ela uma *conectiva proposicional*, ao passo que a preposição é uma conectiva vocabular. (...)

Quando as conjunções parecem ligar termos ou palavras, ligam de fato orações ou proposições elípticas:

“A verdade e o azeite andam à tona d’água, isto é, a verdade anda à tona da água e o azeite anda à tona da água.”

Entretanto, um pouco mais adiante, o próprio autor reconhece que, em algumas construções, fica evidente que as conjunções estariam ligando termos:

Casos há, entretanto, em que a *conjunção* invade, de fato, o terreno da *preposição*, assumindo-lhe a função de ligar palavras que não podem desdobrar-se em proposições:

“Pedro e Paulo são irmãos – Dois e dois são quatro – Misturar alhos e bugalhos”

Bechara (2001, p. 319), por sua vez, também mostra certa dificuldade em definir conjunção. Inicialmente chama o conector de transpositor, dizendo que a sua função seria reunir orações e depois, na lista de conjunções coordenadas, cita exemplos de ligações efetuadas pelas conjunções, não em relação a orações somente, mas também de termos entre si:

**Conector e transpositor** – A língua possui unidades que têm por missão reunir orações num mesmo enunciado.

Essas unidades são tradicionalmente chamadas conjunções, que se reparam dois tipos: *coordenadas* e *subordinadas*.

(...)

Dá ser a conjunção coordenativa um conector.

Como sua missão é reunir unidades independentes, pode também “conectar” duas unidades menores que a oração, desde que do mesmo valor funcional dentro de mesmo enunciado. Assim:

Pedro e Maria (dois substantivos)

Ele e ela (dois pronomes)

(...)

Uma das definições que abrange as duas vertentes é feita por Celso Cunha (1978, p. 307) que define conjunção como: “os vocábulos invariáveis que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração”. Dessa forma, com essa definição, o gramático reconhece que é possível que conjunções coordenadas possam relacionar termos entre si, assim como Bechara demonstra nos exemplos escolhidos, mas a diferença é que Celso Cunha leva isso para sua definição.

### 3. *Classificação das conjunções*

Fazendo um percurso histórico sobre a classificação das conjunções nas gramáticas, vê-se que, em referência ao que podemos chamar de *classificação geral*, não há grandes distinções entre elas: os gramáticos dividem em coordenadas e subordinadas; a lista das conjunções normalmente é muito similar, diferindo muito pouco de um gramático para outro. Porém, o que interessa para nossa análise são as diferenças ou mesmo as inovações categoriais propostas em algumas avaliações. Vamos nos restringir a analisar as conjunções que são classificadas pela carga semântica que desempenham: coordenadas e subordinadas adverbiais.

Começamos pela *coordenação* a fim de analisar quais conjunções, nas visões dos gramáticos escolhidos, desempenham tal tarefa. Adriano da Gama Kury (1968, p. 80-82) afirma que as coordenadas dividem-se classicamente em *aditivas*, *adversativas*, *alternativas*, *explicativas* e *conclusivas*. Seguindo a recomendação da NGB, não só Kury, mas diversos outros gramáticos dividem dessa forma. O interessante é ressaltar como Bechara (2001) difere dos demais em relação a essa classificação, propondo a redução do quadro das coordenadas, aspecto que hoje se discute na linha funcionalista, pois muitos daqueles conectores listados na maioria das gramáticas seriam, na verdade, unidades adverbiais, por conta da mobilidade sintática nas frases, não estando ainda *gramaticalizados* como conjunções. Bechara cita, inclusive, Maximino Maciel (*Gramática Descritiva*) que já havia discutido tal fator gramatical. Por isso, Bechara reduz o quadro para aditivas (e, nem, mas também), para alternativas (ou) e para adversativas (mas, porém, senão). Vejamos como o gramático chama de conectores adverbiais e não conectores conjuncionais, fazendo distinção entre unidades adverbiais e conjunções coordenativas (BE-

CHARA, 2001, p. 322).

**Unidades adverbiais que não são conjunções coordenativas** - levada pelo aspecto de certa proximidade de equivalência semântica, a tradição gramatical tem incluído entre as conjunções coordenativas certos advérbios que estabelecem relações interacionais ou intertextuais. É o caso do *pois*, *logo*, *portanto*, *entretanto*, *contudo*, *todavia*, *não obstante*. (...) Não incluir tais palavras entre as conjunções coordenativas já era lição antiga na gramatografia de língua portuguesa; vemo-la em Epifânio Dias e, entre brasileiros, em Maximino Maciel, nas últimas versões de sua *Gramática*. Perceberam que tais advérbios marcam relações textuais e não desempenham o papel conector das conjunções coordenativas, apesar de alguns manterem com elas certas aproximações ou mesmo identidades semânticas.

O reconhecimento desta distinção mostra uma análise bem lúcida por parte do gramático e revela uma atenção especial ao estudo das conjunções e de outros conectivos da língua portuguesa. Ainda para reforçar tal diferença Bechara (p. 322-323) comenta que, dentre as diferenças funcionais, há a relação de estabelecer mesma função (cabível às conjunções coordenativas) e de mobilidade sintática (cabível aos advérbios *textuais* ou *discursivos*).

Outro aspecto relevante é observar como os gramáticos tratam essa classe de palavra, ou seja, sob que aspecto gramatical é feita a análise. Em Sousa da Silveira – *Lições de Português* (1972, p. 136; 240-248), o estudo das conjunções aparece em duas partes: na morfologia e na sintaxe. Na parte morfológica (p.136), são tratadas sob perspectiva etimológica e, com a lista apresentada em seu livro, Sousa da Silveira só apresenta algumas conjunções, evidenciando sua origem latina: *e* < et; *nem* < nec; *mais* (arc.), *mas* < magis; *porém*; *como*; *quando*; *que*, dentre outras formas arcaicas.

Já do ponto de vista sintático, o gramático (p. 240-248) apresenta o tema ao dizer que havia muito que falar a respeito, mas diz que será limitado em sua análise. E essa limitação fica a cargo das análises das conjunções *adversativas* (*mas*, *porém*), das *concessivas*, da conjunção *que* e seus valores e da conjunção *se*. A maneira como o gramático avalia as conjunções eleitas revela que a abordagem em seu livro é mais descritiva do que didaticamente interessada em fornecer possíveis valores e classificações.

As análises são preenchidas de exemplos retirados de vários textos e poucas são as vezes que essas análises ficam restritas a frases curtas. Isso também é um aspecto muito positivo, pois vê os estudos grama-

tais não apenas restritos à análise frasal e essa conduta representa também que já havia autores de gramáticas que desenvolviam suas considerações a partir dos textos. Falando, por exemplo, sobre o uso do *porém* ele propõe a importância do emprego desse conectivo em narrativas e, para isso, vale-se de trechos de tamanhos consideráveis de *Os Lusíadas*, de Camões (p. 241-242); ou quando fala sobre as concessivas, utiliza parágrafo de Quincas Borba a fim de que se perceba com mais nitidez a função textual do uso das conjunções ou locuções conjuntivas (p. 245).

Adriano da Gama Kury (1968, p. 80-84) faz também muito boas considerações sobre os empregos dos elementos conjuncionais, mas, como a maioria dos gramáticos, prefere utilizar frases em suas classificações. Esse artifício não é considerado um problema, entretanto diminui, dependendo da análise, a compreensão das intenções pragmático-discursivas que ficariam mais evidentes com a presença do texto (ou de uma maior parte dele). Ainda falando em Kury (p. 110), o gramático tenta nesta *Pequena Gramática* entrar em conformidade com a NGB, procurando muito mais explicar a necessidade de uniformização a partir da Nomenclatura do que confrontá-la. Entretanto, às vezes, reconhece que há sérias lacunas. No tópico sobre as orações, promove uma análise a respeito das *modais* que ficaram de fora, além do estudo da *correlação*, que será discutido separadamente neste trabalho.

Embora tenhamos procurado, como se tem visto no decorrer deste livro, conformar-nos com o que determina a NGB, parece-nos que não há justificativa para a exclusão das orações *modais*. Se a ilustre comissão resolveu adotar, ao que parece, a classificação de Said Ali (GS<sup>2</sup>, 187 ss) ... não lhe terá ocorrido, entretanto, que noutro lugar (p. 248), o mesmo Mestre, ao tratar do emprego do gerúndio, mostra que a oração reduzida de gerúndio pode denotar, além de tempo, condição, concessão, causa, também o modo.

Com esse comentário, Kury revela a preocupação classificatória e didática em perceber que ficou excluído um valor semântico importante. Não se pode dizer, com isso, que o gramático apenas endossa a NGB e perde sua capacidade crítica por conta da instituição da Nomenclatura. Não só ele como outros, ao longo de seus estudos, manifestaram ponderações interessantes e avaliativas, seja em consonância com a NGB ou em discordância. Ainda mais se observarmos que alguns aqui analisados construíram suas abordagens antes da Nomenclatura e contribuíram sobremaneira para a evolução dos estudos da língua portuguesa.

#### 4. O estudo da correlação

Outro fator importante tomando como referência os conectivos é o estudo da *correlação*. Do ponto de vista sintático, o estudo da classificação das orações é tema polêmico depois da publicação da NGB. Isso porque a Nomenclatura não considerou a *correlação* como processo sintático, nem faz menção aos conectivos correlatos.

Para que possamos entender bem a problemática, é sabido que a NGB, em sua postura de unificação terminológica, deixou de lado o processo sintático *correlação* como categoria autônoma (visão defendida por alguns gramáticos) e passou a considerá-la ora como parte da coordenação ora como variante da subordinação. Na verdade, nem comenta esta peculiaridade gramatical em questão. No exemplar dos *Cadernos de Língua Portuguesa* do Instituto de Letras da UERJ, um número especial dedicado à NGB, há a reprodução da Nomenclatura. Na terceira parte (Sintaxe), capítulo II, as classificações na composição do período restringem-se à coordenação e à subordinação (HENRIQUES, 1999, p. 81):

##### II – Do Período

- 1- Tipos de períodos: simples, composto.
- 2- Composição do período: coordenação, subordinação.
- 3- Classificação das orações: a) absoluta: b) principal; c) coordenada; assindética, sindética: aditiva, adversativa, alternativa, conclusiva, explicativa; d) subordinada: – substantiva: subjetiva; objetiva (direta, indireta); completiva nominal; predicativa; apositiva; – adjetiva: restritiva; explicativa; – adverbial: causal, comparativa, consecutiva, concessiva, condicional, conformativa, final, proporcional, temporal.

Othon M. Garcia (2001:42) também comenta sobre isso: “A *nomenclatura gramatical brasileira*, ao tratar da composição do período, ignorou tanto a justaposição quanto a correlação.” Além disso, há também a dificuldade classificatória, já que se discute a proximidade da correlação com a *subordinação*, mas é possível haver correlação com funcionalidade aditiva, assim relacionando-se com a *coordenação*. Garcia (2001, p. 42 e 73) também discute isso:

A correlação é uma construção sintática de duas partes relacionadas entre si de tal modo que a enunciação da primeira prepara a enunciação da segunda. No Brasil, seguindo-se a orientação de José Oiticica e de outros autores, considera-se a correlação ora como um processo autônomo ora como uma variante da subordinação.

(...)

Até mesmo na coordenação há correlação, como a que se obtém com os pares conectivos *não só* (não somente, não apenas) ...*mas também* (também, senão que, como também) (...)

Ante a dificuldade de abordagem, deve-se ressaltar que um dos que melhor definiu esse aspecto gramatical foi Mattoso Câmara (1977, p. 87) em seu dicionário:

*Correlação*: Construção sintática de duas partes relacionadas entre si, de tal sorte que a enunciação de uma, dita *prótese*, prepara a enunciação de outra, dita *apódose*. A correlação se estabelece – a) por coordenação, ou b) por subordinação, conforme o conectivo utilizado e a noção de sequência ou de sintagma...

Vê-se que, por essa definição, pode haver *correlação* tanto na *coordenação* como na *subordinação* e que um dos fatores para filiação ao processo sintático é o tipo de conectivo. Por isso, é possível haver *correlação* no eixo subordinativo como no eixo coordenativo.

De certa maneira, não se pode negar que mesmo na *aditiva* há dependência de ideias, reforçada pela própria natureza correlata em que há duas partes relacionadas, *prótese* e *apódose*. Em contrapartida, o que deve ser observado antes é o aspecto sintático que filia a estruturação aditiva de correlação ao eixo coordenativo. O fato principal para haver coordenação é a existência de um paralelismo de funções ou valores sintáticos e só por isso já se pode configurar a correlação como pertencente ao eixo coordenativo. É importante lembrar que um dos que também melhor se debruçou sobre o assunto foi José Oiticica (cf. *Teoria da Correlação*, 1952), que nos mostra a correlação como um processo autônomo, diferente da subordinação e da coordenação.

A partir dessa breve exposição de avaliações sobre tal aspecto gramatical, o interessante a ser discutido é sobre as posições adotadas pelos gramáticos do século XX, por conta dessas visões discrepantes. Quais apoiaram a NGB e quais mantiveram sua postura dissonante?

## 5. A posição dos gramáticos sobre a correlação

Para Gladstone Chaves de Melo (1970, p. 176), em sua edição da *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, o estudo da correlação deveria ser analisado à parte e não inserido nos outros processos sintáti-

cos de divisão do período. A crítica recai também na classificação dos conectivos, por considerar necessária a nomenclatura: *conectivos correlativos*.

Já dissemos anteriormente que somos dos que admitem a correlação como processo sintático autônomo. Justificaremos mais amplamente nossa posição quando voltarmos ao assunto no seu lugar próprio, que é a Sintaxe. Por hora, notaremos apenas que, se na coordenação existe paralelismo, e na subordinação dependência de funções, na correlação existe interdependência. (...)

Ora, entende-se por *conectivo correlativo* exatamente aquele que encabeça o segundo termo da correlação. (...)

A NGB, no entanto, desconhece a correlação, e manda classificar estes conectivos como conjunções: *consecutivas, comparativas, conformativas, proporcionais*.

A edição do livro aqui em questão é de 1970, portanto já escrito alguns anos depois da publicação da NGB e, mesmo assim, o gramático continua criticando a postura adotada, além de avaliar a posição de outros gramáticos quanto ao assunto (MELO, 1970, p. 237):

Já dissemos que, dissentindo da NGB, consideramos a correlação como um terceiro processo sintático. (...)

No entanto, é claro, os que aceitam a doutrina carreada pela NGB, ou porque dela já estivessem convencidos, ou porque se converteram depois, dirão que as orações que consideramos *correlativas* são “subordinadas adverbiais”.

Segundo Gladstone Chaves de Melo, antes da promulgação da Nomenclatura, havia gramáticos que viam na *correlação* um processo sintático e alguns desses teriam mudado de opinião depois.

Bechara, em *Lições de Português pela Análise Sintática* (1988, p. 106) faz uma avaliação crítica sobre a postura adotada por José Oiticica, que vê apenas coordenação e subordinação como processos sintáticos. Entretanto, Bechara vê, além desses, a correlação e a justaposição, propondo um novo modo de avaliar as orações.

No presente trabalho sinto não adotar a lição do mestre por julgar que *coordenação e subordinação*, como tipos de oração (melhor diríamos aqui orações independentes e dependentes), não estão no mesmo pleno da *correlação* e da *justaposição*. Os dois primeiros conceitos dizem respeito ao valor *sintático de independência ou dependência* em que se acham as orações dentro do contexto; *correlação e justaposição* se referem ao modo de se ligarem entre si essas mesmas orações. (...) Só quanto à ligação, teríamos: orações *coordenadas, subordinadas, correlatas e justapostas*.

Para Adriano da Gama Kury (1968, p. 107), em sua tentativa de conformar-se com a NGB, fala sobre a correlação apenas em um aspecto, que é o que ocorre nas orações comparativas, mas sem levantar nenhuma polêmica, apenas descrevendo a existência de tal valor gramatical e colocando um asterisco ao lado do termo avaliado para indicar que tal conceito não está em consonância com a Nomenclatura:

Comparativas (muitas vezes \*‘correlatas’, isto é, há um termo na oração principal que se correlaciona com outro na subordinada):

\* Correlatas: “Trabalha *mais* [do *que* estuda]”; “Trabalha *tanto* [ como eu (trabalho)];

Obs. – o verbo da oração comparativa, se for o mesmo da oração principal, como no 1º e 3º exemplos, frequentemente está implícito. Na análise é costume tornar claro o verbo: “...o negro mar de longe brada, / como se desse em vão nalgum rochedo” (*Lus.*, V., 38) (como = [como bradaria]).

Com essas propostas dos gramáticos escolhidos para este trabalho, pode-se notar que a *correlação* por si só já não deveria ter sido deixada de fora pela NGB. Nem sequer mencionar tal critério gramatical acabou por refletir uma necessidade de direcionamento para o estudo do tema, mas que não impediu que houvesse abordagens muito proveitosas pelos gramáticos do século XX, enriquecendo ainda mais os estudos linguísticos.

## 6. Conclusão

Isso tudo quer dizer que o estudo das conjunções possibilita uma gama de avaliações por variados prismas e é algo de uma relevância considerável para os estudos da língua portuguesa. Percebe-se que alguns gramáticos debruçaram-se em relação a tais estudos e suas manifestações encontram eco para aqueles que se valem das análises desta categoria gramatical, já que veem nestes elementos de coesão muito mais do que um papel de elo sintático (o que já representa um dado importante), mas também a maleabilidade semântica ou ainda o desvelamento das intenções pragmático-discursivas nos textos, propiciando uma visão mais ampla das conjunções e locuções conjuntivas.

Essa postura adotada pelos gramáticos do século XX aqui avaliados é importante, porque isso coloca em evidência que gramáticas normativas podem apresentar lúcidas avaliações sobre a língua e não apenas uma proposta prescritiva (embora ela também seja importante). Revela também que os gramáticos analisados destacam-se por produzirem refle-

xões que contribuem bastante para os estudos da língua portuguesa, principalmente no que se refere às conjunções.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BECHARA, Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Padrão, 1988.

CUNHA, Celso. *Gramática de base*. 4. ed. Rio de Janeiro: FAE – Ministério da Educação, 1986.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

HENRIQUES, Claudio Cezar. (Org.). *Cadernos de Língua Portuguesa 4 - Especial – 40 anos de Nomenclatura Gramatical Brasileira*, ano III, nº 4, 1999.

KURY, Adriano da Gama. *Pequena gramática: para a explicação da nova nomenclatura gramatical*. Rio de Janeiro: AGIR, 1968.

CAMARA JR, J. Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

MELO, Gladstone Chaves. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Academia, 1970.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva: curso superior*. 55. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1940.

SILVEIRA, Sousa da. *Lições de português*. 8. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1972.